

## Santo António de Lisboa nos caminhos da Europa

---

*A formação de Fernando Martins de Bulhões é coetânea de algumas transformações profundas da organização escolar e do sistema de saberes ocorridas sobretudo em Paris. Nesta cidade, como resultado da reunião das escolas de Notre-Dame, S. Vítor e S. Genoveva, principais centros parisienses de saber no século XII, surgiu o Estudo Geral designado “universitas magistrorum et scholarium parisius studentium” a que o rei Filipe Augusto concedeu privilégio, em 1200, subtraindo a universitas, isto é, a corporação de mestres e escolares, à jurisdição ordinária, para a entregar à exclusiva jurisdição do Bispo de Paris e do seu Chanceler.*

**Luís Machado de Abreu**  
Universidade de Aveiro

---

O que vem fazer S. António à sessão de abertura do ano lectivo de uma Universidade? Algum observador pouco complacente, mas nem por isso menos oportuno, poderá tranquilizar-nos, lembrando que S. António é bem-vindo porque, como bom frade franciscano, pode coonestar a quota parte de pobreza de corpo e de espírito em que caiu a educação, a escola e a cultura no país onde nasceu e se formou. Há, no entanto, uma razão institucional para esta escolha de tema. A Comissão Nacional para as Comemorações do 8.º Centenário do Nascimento de Santo António propôs ao Conselho de Reitores que a Oração “*De Sapientia*” de abertura do ano académico de 1995/1996 fosse, nas Universidades Portuguesas, dedicada a S. António de Lisboa. E a referida Comissão tornava ainda mais definido o seu propósito ao sugerir que, nesse acto cultural, se “pusesse em destaque a figura de António de Lisboa, a justo título considerado como fruto da Escola Portuguesa.”

Mas poderá perguntar-se se não haverá algo de imtempetivo, anacrónico até, nesta proposta de assunto que nos remete para o século XIII e nos enreda em remotas matérias de índole histórico-religiosa, quando nos acoçam as urgências e utilidades da contemporaneidade e do que nesta é semente de futuro.

Independentemente do que possa responder-se, parece inevitável ter de admitir-se que, uma vez mais, pesou o vezo comemorativista e a sua ambiguidade. Comemora-se porque se considera fundamentalmente im-

portante, ou é importante porque até houve quem se tivesse lembrado de comemorar?! Estamos, no entanto, em presença da figura fascinante de um português, santo e Doutor da Igreja, com oitocentos anos. Como santo e doutor, olha-nos dos cumes mais exigentes e sublimes da vida e da sabedoria; como medieval, olha-nos de muito, muito longe.

No meu entender, uma das maneiras de abordar o tema sem escusadas ironias, poderá consistir em ensaiar uma resposta às questões seguintes: Tem a santidade algum valor de uso? Qual o valor de uso de S. António na comunidade universitária? Suspeito que aos ouvidos de alguns a interrogação pareça sem sentido e aos de outros, com sentido de mais. Não lhe reconhecem sentido os que associando o valor de uso ao de troca, repelem como coisa indigna, quando não abjecta, que se amalgame o oiro da santidade com as vilezas do negócio. Atribuem-lhe excesso de sentido como experiência alienante os que, consciente ou inconscientemente, propendem a uma visão unidimensional da existência, seja essa dimensão única, o económico, o estético, o científico, o hedonista ou outro domínio qualquer. Reagem os primeiros em nome dos mais puros ideais da fé em Deus; os segundos, em nome dos interesses da quotidiana existência.

Mas, entre o olhar do crente, que em António de Lisboa vê o amigo de Deus, e o olhar do homem em luta pela vida, que nele poderá ver o taumaturgo, o milagreiro, há espaço para um terceiro modo de ver – o da curiosidade intelectual empenhada em perceber as razões que fazem deste homem uma figura de excelência capaz de nos dar que pensar. Seguirei por esta terceira via, na mira de descobrir os contornos do valor de uso de S. António pela comunidade universitária. Realçarei assim o enquadramento escolar que o formou, a exigência de vida e a paixão da aventura, a importância doutrinal da obra escrita, a entrega total ao cumprimento de missões de que foi incumbido, como a pregação, o ensino, o governo da província franciscana da Lombardia, e também a projecção europeia e universal da exemplaridade da sua vida. E como horizonte e factor de coesão de todo este percurso, a Europa da geografia e, mais ainda, a Europa da Cristandade e da cultura.

Fernando Martins de Bulhões, nome de Baptismo e de família do futuro S. António, nasceu em Lisboa e viveu em Portugal cerca de trinta anos de uma existência que não chegou aos quarenta. Muito mais decisivo do que o circunstancialismo do tempo passado em Portugal, terá sido o facto de toda a formação literária e teológica haver decorrido em Portugal, formação essa que, a julgar pelo fruto produzido, se revelou de qualidade e alto nível.

Na escola catedralícia da Sé de Lisboa, para onde entrou por volta dos oito anos, estudou o que nessa época era habitual estudar-se. Durante cerca de quatro anos, aprendeu a ler pelo Saltério, aprendeu a escrever, a contar e a cantar, e foi iniciado nos rudimentos de gramática latina pela *ars minor* de Donato. Aí terá, como parece mais provável, começado a estudar também as Artes Liberais que constavam do *Trivium*, isto é, Gramática, Retórica e Dialéctica, e do *Quadrivium*, isto é, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia. Tudo isto, durante mais cerca de quatro anos.

Com dezassete ou dezoito anos de idade foi bater à porta do Mosteiro de S. Vicente de Fora da Ordem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, à procura de um rumo espiritual para a vida. Aí professará e prosseguirá o estudo de humanidades e das letras sagradas que preparam para o ministério sacerdotal. Pouco depois, já pro-

fesso, obteve a transferência para Santa Cruz de Coimbra, da mesma ordem religiosa. Andaria então pelos vinte anos.

Santa Cruz foi centro cultural de grande notoriedade pela actividade científica desenvolvida e pela qualificação dos seus mestres, alguns dos quais formados nas escolas parisienses, em matérias bíblicas, teológicas, canónicas e filosóficas. Em 1192, o rei D. Sancho I estimulou a emigração intelectual, dotando o mosteiro de S. Cruz de Coimbra com 400 morabitinos para poderem sustentar-se em França os monges que lá fossem estudar.<sup>1</sup> Nessa formação, os escritos e doutrinas de S. Agostinho ocupavam lugar proeminente, logo a seguir aos textos escriturísticos.

Se desses mestres sabemos muito pouco, podemos, no entanto, justificar a riqueza e qualidade do acervo de textos que faziam parte da livreria de S. Cruz.<sup>2</sup> Aí existiam códices com a Sagrada Escritura e as obras dos padres da Igreja, merecendo realce os escritos de S. Agostinho, como convinha a um mosteiro de regrantas agostinhos. Também se encontravam textos clássicos e didácticos, entre os quais o *De Consolatione Philosophiae* de Boécio e o *Vocabularium* de Papias.

Na livreria da S. Cruz de Coimbra, como na do mosteiro cisterciense de S. Maria de Alcobaça, “biblioteca nacional do Portugal medieval”, existiam algumas das obras de referência fundamentais que, na mesma época, se podiam consultar em todas as importantes livrerias monásticas de qualquer região europeia. Da qualidade do ensino recebido em Lisboa e Coimbra, designadamente em matéria de Sagrada Escritura e de Patrística, havia de dar abundantes provas o desempenho do letrado português, em Itália e em França, como docente, pregador e escritor.

A formação de Fernando Martins de Bulhões é coetânea de algumas transformações profundas da organização escolar e do sistema de saberes ocorridas sobretudo em Paris. Nesta cidade, como resultado da reunião das escolas de Notre-Dame, S. Vítor e S. Genoveva, principais centros parisienses de saber no século XII, surgiu o Estudo Geral designado “*universitas magistrorum et scholarium parisius studentium*” a que o rei Filipe Augusto concedeu privilégio, em 1200, subtraindo a *universitas*, isto é, a corporação de mestres e escolares, à jurisdição ordinária, para a entregar à exclusiva jurisdição do Bispo de Paris e do seu Chanceler.

Mas não é apenas a Universidade, como nova realidade escolar, que desponta. São também os desenvolvimentos da dialéctica com a influência de processos mais racionalizados na organização e exposição do saber teológico e a conflitualidade provocada pelo novo e mais completo conhecimento das obras de física e metafísica, de ética e de política de Aristóteles, ponto de partida para a elaboração das grandes sínteses do saber escolástico de que a *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino se converterá em paradigma.

Esta evolução faz-se à custa dos estudos de gramática e de letras clássicas que ficam atrofiados pelo incremento da lógica e das diferentes disciplinas filosóficas e teológicas. A este fenómeno da cultura medieval chamou Étienne Gilson “o exílio das belas letras”<sup>3</sup>, após o seu renascimento durante o século XII.

<sup>1</sup> Ver Joaquim de CARVALHO, *Obra Completa. II. História da Cultura \* 1922-1948. III Vol.* Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1982, p. 129.

<sup>2</sup> António CRUZ, “Textos Medievais das ‘Leituras’ de Filosofia de Santa Cruz de Coimbra”, in: *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia. Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Julho-Dezembro de 1955, p. 394-402; Id., *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média I: Observações sobre o Scriptorium e os Estudos Claustrais*. Porto, 1964.

<sup>3</sup> Étienne GILSON, *La Philosophie au Moyen Âge*. T. 2. Paris, Payot, 1976, p. 400 e sgs.

A transferência do regrante Fernando Martins do mosteiro de S. Vicente para Coimbra foi determinada pelo desejo de aprofundar mais ainda o conhecimento das disciplinas teológicas e pela vontade de mais austeridade e perfeição na vida religiosa. E se em Coimbra encontrou um nível cultural superior ao de Lisboa, deve ter descoberto bem cedo que não existia aí o ambiente despojado, pobre e humilde, com que sonhara. S. Cruz, por força de doações régias e de legados pios dispunha de importantes propriedades e rendimentos que lhe asseguravam desafogo material e conforto pouco propícios à vida virtuosa.

Os privilégios e graças concedidos pelo Papa e pelos Bispos de Coimbra contribuíram para o relaxamento dos costumes, podendo dizer-se que quando o regrante Fernando Martins lá chegou, a vida conventual já se afastava muito das exigências da regra. A situação pouco exemplar correspondia, em certa medida, ao que se passava noutros mosteiros, dentro e fora de Portugal.

As novas ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos, surgem nos princípios do século XIII como reacção espiritual contra a brandura de costumes e contra o esquecimento dos ideais apostólicos por parte de ordens há muito instaladas, como os cónegos regrantes de S. Agostinho. Fernando Martins, homem exigente, sedento de perfeição e de ideal, estava disponível para seguir rumos novos que garantissem mais rigor e mais despojamento interior na imitação da vida apostólica. Torna-se, por isso, compreensível que o conhecimento da vida simples e austera dos Menores Franciscanos recentemente instalados nos Olivais, ao pé de Coimbra, lhe abrisse outras possibilidades de realização espiritual e missionária.

Mas o que é que prevaleceu na decisão de o cónego regrante postular o ingresso na Ordem Franciscana? O ideal de ascetismo que assim poderia concretizar, abandonando o aconchego e estabilidade de S. Cruz? O apelo missionário à evangelização dos sarracenos em que estavam empenhados os franciscanos e que já tinha produzido os cinco mártires de Marrocos cujas relíquias, havia pouco, tinham sido solenemente expostas na Igreja de S. Cruz? O que sabemos é que o cónego Fernando Martins professou em 1220 na Ordem dos Menores, em Santo Antão dos Olivais. Fosse por uma ou por outra dessas razões, o gesto revela inconformismo, audácia, vontade de acção e fascínio pelos grandes ideais de vida. Mas deve também registar-se que a formação recebida nos cónegos regrantes de Santo Agostinho e o rumo franciscano, que depois tomou, patenteiam uma linha de continuidade em que nem sempre se atenta bastante.

A Regra de S. Agostinho, conhecida até meados do século XII por *Vita Apostolica*, a vida à maneira dos apóstolos, tem como norma primeira a perfeita comunhão de espírito e de haveres, a exemplo da primitiva comunidade cristã de Jerusalém que os *Actos dos Apóstolos* pintam assim: "A multidão dos crentes tinha um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seu ao que lhe pertencia, pois entre eles tudo era comum. [...] Todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas, traziam o seu valor e depunham-no aos pés dos apóstolos. Distribuía então a cada um segundo as suas necessidades." (*Actos*, IV,32,34). As virtudes que deviam distinguir o regrante exemplar eram a obediência, a humildade, a caridade, cabendo à humildade a função de via fundamental para se chegar à perfeição. A própria Igreja, no IV Concílio de Latrão (1215), reconhecia a essa regra a função de modelo, recomendando-a aos fundadores de ordens religiosas. Por isso, antes de abraçar a pobreza dos Menores, já o cónego Fernando Martins tinha interiorizado com certeza os elementos nucleares da espiritualidade franciscana.

A enorme pujança interior do novo frade menor vai manifestar-se, a partir de então, no ritmo intenso, vertiginoso, que tomará conta da sua existência a desdobrar-se em pregações, ensino, governo de conventos e escrita. Serão cerca de dez anos, de uma existência que, como já foi dito atrás, não terá chegado aos quarenta, em que a vida pública o vai absorver e elevar a uma projecção tão vasta no seio da Cristandade que os anos anteriores nunca deixaram adivinhar.

Essa mudança de ritmo e de estilo passa simbolicamente por uma mudança de nome. O regrante Fernando Martins será doravante o franciscano Frei António. Dir-se-ia um heterónimo a fazer lembrar o génio criador de outro Fernando de Lisboa, senhor de outras virtudes e muitas vidas. O símile heteronímico revela-se, todavia, abusivo, porque a unidade profunda da pessoa de Frei António foi sempre inteira e jamais se fragmentou na diversidade de máscaras que o drama poético de Fernando Pessoa põe em cena.

Da intervenção do novo franciscano reteremos aqui, sobretudo, a actividade docente e a escrita do *Opus Evangeliorum*.

O saber e as qualidades expositivas farão de Frei António o primeiro professor de teologia da Ordem, no Convento de Bolonha. Para tal teve o assentimento escrito do fundador que lhe endereçou um bilhete do teor seguinte: “A Frei António, [...] Frei Francisco envia saudações. Apraz-me que ensines teologia aos frades, contanto que por tal estudo não extingas o espírito de oração e de devoção, como está contido na regra”<sup>4</sup>. O magistério em Bolonha não deve ter durado mais de um ano, uma vez que no final de 1224 foi convidado a deslocar-se ao Sul de França, a terras de Languedoque para aí combater a heresia dos Albigenses. A aplicação a essa tarefa e os frutos colhidos ganharam-lhe o título de “martelo de herejes”<sup>5</sup>. Nesse contexto, foi chamado a leccionar nas escolas conventuais de Toulouse e Montpellier, desde o ano de 1225 até 1227.

O papel de S. António na formação cultural das primeiras gerações de franciscanos consistiu em introduzir uma importante componente intelectual, que completava a atitude mais vivencial e poética, algo avessa a preocupações teóricas, que caracterizava o estilo do fundador, S. Francisco de Assis. Essa contribuição antoniana assenta nos sólidos alicerces teológicos de origem agustiniana adquiridos em S. Cruz de Coimbra e testemunhados pelo eminente teólogo, Tomás Gaulês, Prior da Abadia de Vercelli, que com ele privou. Transmitiu essa orientação doutrinal ao que, em breve, viria a ser a Escola Franciscana.<sup>6</sup> Esta escola traduz uma sensibilidade inte-

<sup>4</sup> F. da Gama CAEIRO, *Santo António de Lisboa. Vol. I Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*. Lisboa, 1967, p. 121.

<sup>5</sup> Henrique Pinto REMA, “Introdução” a S. ANTÓNIO DE LISBOA, *Obras Completas*. Vol. I. Porto, Lello & Irmão, 1987, p. XXV. Esta obra será citada, a partir de agora, OC.

<sup>6</sup> JOÃO DE LA ROCHELLE (1200?-1245), franciscano e mestre de Teologia em Paris, deixou-nos três sermões para a festa de S. António. No segundo desses sermões, subordinado ao tema “Como o arco-íris que brilha entre as nubes de glória...” (*Eclesiástico*, L, 8), o pregador toma posição na querela da ordem franciscana acerca do estudo da filosofia e do ensino da teologia, aproveitando o exemplo da sólida formação do Doutor Evangélico para defender com desassombro a importância formativa da filosofia. Segundo João de la Rochelle, “os doutores em filosofia que formulam questões rigorosas e irrefutáveis tornam os espíritos semelhantes a espadas e atacam à distância, como se fossem lanças, com raciocínios luminosos. Por isso, a preocupação dos demónios é destruir o estudo da filosofia, porque desejam que os cristãos não tenham agudeza de espírito.” BALDUINUS AB AMSTERDAM, “Tres sermones inediti Joannis de Rupella in honorem S. Antonii Patavini”, in: *Collectanea Franciscana*, 28(1958), p. 48-52. Trad. francesa de Louis Jacques Bataillon in: *Philosophes Médiévaux Anthologie de textes philosophiques (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)*. Dir. de Ruedi Imbach et Maryse-Hélène Méléard. Paris, Union Générale d’Éditions, 1986, p. 63.

lectual reflectida em posições filosóficas e teológicas, que podemos sintetizar do modo seguinte: primado do afectivo e místico sobre a discursividade da razão, preferência por Platão em desfavor de Aristóteles, esbatimento das fronteiras entre saber filosófico e saber teológico.

Como escritos autênticos de S. António apenas chegaram até nós sermões, que se distribuem por três grupos: sermões dominicais, sermões festivos e sermões marianos.<sup>7</sup> Sabemos que trabalhou na sua redacção, sobretudo a partir de 1227, a pedido dos confrades.

Os sermões de S. António inscrevem-se plenamente na *ars praedicandi* medieval em que se parte de um tema contido numa perícopa bíblica que, depois de comentado e desenvolvido, permite extrair lições morais que deverão ser postas em prática no dia-a-dia do homem crente.<sup>8</sup> A sua metodologia recorre também ao processo das concordâncias que consiste em aproximar semanticamente os diferentes textos da mesmo dia litúrgico (ofício divino e liturgia da palavra), mesmo quando a sua correspondência não parece natural.

Matéria dos sermões são os textos bíblicos utilizados na liturgia da palavra (Intróito, Epístola e Evangelho) por onde começa a Missa, mais os textos do Antigo Testamento lidos no Ofício Divino. Estes quatro momentos da celebração da Palavra de Deus constituem o que S. António designa simbolicamente, no Prólogo dos Sermões, por *quadriga*<sup>9</sup> ou carro de quatro cavalos. A quadriga sugere a viagem ascético-mística em que a alma, desprendendo-se progressivamente do apego às coisas terrestres, vai de caminhada até se elevar aos cumes celestes da plena comunhão com Deus.

O método de leitura seguido consistia em realçar habitualmente o sentido espiritual da Escritura, subalternizando o seu sentido literal ou histórico. Era uma prática bastante comum na exegese cristã da época que, aliás, acompanhava de perto as técnicas judaicas de leitura. De acordo com a doutrina exegética dos quatro sentidos, além do sentido literal, procuravam-se ainda os sentidos alegórico, tropológico ou moral, e anagógico ou místico. O sentido espiritual, apoiado no aproveitamento de símbolos e alegorias<sup>10</sup>, era o que mais convinha a uma abordagem que não devia recorrer à razão abstracta nem deixar-se dominar por intentos de sistematicidade, mas obedecer antes ao coração e à vontade orientados por propósitos de prática religiosa e de aperfeiçoamento moral.

Esta lógica espiritual de leitura apresenta-se doseada por uma componente de actualidade que faz de textos intemporais um desafio constante ao tempo e espaço próprios dos destinatários dos sermões. Quaisquer que sejam as perspectivas de passado ou de futuro de que tais textos possam ser portadores, eles interessam a Frei António essencialmente para o presente e na situação presente de quem os ouve ou lê. Não se pense que os sermões reconstituem as exortações de facto dirigidas ao povo pelo Santo ou que são um prontuário de oratória sacra. Oferecem-mos antes um livro de estudo, um comentário espiritual de passos bíblicos, um conjunto de glosas escritu-

<sup>7</sup> Desde 1987, dispomos em Portugal de uma rigorosa e manuseável edição bilingue das obras completas de S. António. É a edição referida na nota 5 deste trabalho.

<sup>8</sup> Sobre a estrutura do sermão medieval, a natureza das suas partes, isto é, tema, protema, divisão, explanação e conclusão, ver F. da Gama CAEIRO, *Op. cit.*, p.190-194.

<sup>9</sup> OC, I, p.4.

<sup>10</sup> Mário MARTINS, "A imagética dos sermões de S. António", in: *Id.*, *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa, Ed. Brotéria, 1975, p. 37-66.

rísticas. O carácter didáctico dos sermões explica que eles se distingam por uma nota instrumental que os torna mais enciclopédicos e cultos do que eloquentes. São resumos de matéria predicável e sumários de temas.

Atravessam esses textos as preocupações do homem de Deus e do observador atento da sociedade do seu tempo, que foi o nosso pregador. Daí que, sendo documentos que atestam o saber teológico do autor, transbordem de interesse para a história das mentalidades, a história da pedagogia, a sociologia histórica dos meios rurais e urbanos, pelo realismo das referências e alusões frequentes à situação concreta dos seus destinatários.

Avulta neles a atenção às condições sociais e à dimensão económica em que os homens são por Deus chamados à salvação. E se entre as virtudes aparece insistentemente valorizada a pobreza, como seria de esperar de um companheiro e irmão de S. Francisco, Frei António escolhe como alvos preferenciais da sua denúncia apostólica, os vícios económicos das diferentes ordens da sociedade medieval. Ao clero recrimina a simonia, aos senhores feudais, a exploração da miséria dos servos, aos burgueses, a cobiça e a sofreguidão do lucro nos negócios, aos mestres e letrados vituperava a estima em que têm as “ciências mundanas e lucrativas”, *scientiae mundanae et lucrativae*, que são uma música velha, a música perversa de Babilónia, *sunt canticum vetus, canticum Babylonis*.<sup>11</sup>

Mas o êxito obtido por António de Lisboa junto das populações sugere ainda que se traga à colação um dos elos mais fortes e profundos da cultura portuguesa, a religiosidade popular.

É sabido que o regresso de António de Lisboa à pátria aconteceu quase dois séculos após a sua morte e canonização. Os primeiros documentos importantes desse interesse português pelo santo pertencem já ao século XV e resultam em grande parte da enternecida devoção que os monarcas e infantes da dinastia de Aviz lhe dedicaram.<sup>12</sup> A iconografia e os registos escritos acompanham e amplificam a importância dessa presença que privilegia o carácter amigo, protector e milagroso do santo e ignora o teólogo, o escritor e o místico.

O S. António da tradição popular é essencialmente uma entidade superior, próxima de Deus e, por isso, poderosa, capaz de pôr ao serviço de quem a ela recorre com piedade e devoção o seu efficacíssimo poder de intercessão. O carácter taumátúrgico e prodigioso que lhe anda associado corresponde, na realidade, a uma espécie de transferência de remotas manifestações cultuais pagãs, fazendo recair nele a veneração prestada anteriormente a divindades tutelares da família, dos negócios e do amor.

A própria guerra e as suas incertezas pareceram fazenda conveniente para colocar sob a sua protecção. De mais a mais, na Guerra da Restauração não só corria risco Portugal, pequeno país, em face da grande Espanha, como estava em jogo a solidariedade nacional do santo com a sua pátria de nascimento. Vemos, por isso, D. Afonso VI a alistar S. António no Regimento de Lagos, e logo depois D. Pedro II a promovê-

<sup>11</sup> OC, I, p. 338-339.

<sup>12</sup> Essa devoção deve ser relacionada com a influência dos franciscanos junto da dinastia de Aviz, “uma influência a todos os níveis profunda e omnipresente”, no dizer de António José SARAIVA (*O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa, Gradiva, 1988, p. 74).

lo ao posto de capitão. Também foi notável a carreira militar de S. António, no Brasil, desde a época da Restauração, tendo ocupado diferentes postos na Baía, S. Paulo, Paraíba do Norte e Rio de Janeiro e recebido os respectivos soldos até ao começo do século XX.<sup>13</sup> Em 1814, será D. João VI, então residente no Brasil, que, reconhecido em nome da Nação, pelas vitórias alcançadas sobre os exércitos napoleónicos, de novo promove o Santo a tenente-coronel. Informação curiosíssima a tal respeito é a que nos dão os livros de vencimentos do Regimento de Infantaria n.º 2 de Lagos. Nos de 1808 a 1817 figura “O Senhor Santo António, como Capitão e Protector deste Reyno” e “Capitão e Protector deste Regimento, com o soldo de 15\$000 reis”. Algo estranhamente, nos mesmos livros mas agora correspondentes aos anos de 1825 a 1833, refere-se “O glorioso Santo António, como Alferes e o mesmo soldo”<sup>14</sup>.

A popularidade de S. António está certamente relacionada com complexos mecanismos de comportamento psico-social ainda não inteiramente desvendados. Mas, no caso português, parecem-me esclarecedoras as subtis ligações desse culto com o fundo lírico do nosso comum sentir poético-religioso. Afinal, o Santo da devoção popular talvez não passe de uma prodigiosa efabulação da sensibilidade e imaginação colectivas. Em poema de *País Lilás, Desterro Azul*, Afonso Lopes Vieira apresenta o Santo a meditar, já próximo da morte:

“Do passado as maravilhas  
uma a uma recordou ...  
E só não lembrou as bilhas  
porque jamais as quebrou!

Para este povo, no entanto,  
não foram os seus sermões,  
nem ciência nem devoções  
que lhe deram graça e encanto.

Foram as bilhas quebradas  
à tarde, em fonte travessa,  
quando as trazem à cabeça  
as moças enamoradas.”<sup>15</sup>

Mergulhado em atmosfera de maravilhoso e sublime ingenuidade, o “Passeio de Santo António”, que Augusto Gil nos canta, apresenta o santo em atitude de clara cumplicidade com os namorados:

“O luar, um luar claríssimo nasceu.  
Num raio dessa linda claridade,  
O Menino Jesus baixou do céu,  
Pôs-se a brincar com o capuz do frade.”

---

<sup>13</sup> José Carlos de Macedo SOARES, *Santo António de Lisboa Militar no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1942.

<sup>14</sup> Informações colhidas no *Catálogo da Exposição Biblio-Iconográfica Antoniana comemorativa do 7º Centenário da Morte de Santo António*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1932, p. 23.

<sup>15</sup> Afonso Lopes VIEIRA, *País Lilás, Desterro Azul*. Lisboa, Sociedade Ed. Portugal, [s. d.], p. 67.

Dessa brincadeira, desperta o Menino, ao ouvir beijos de namorados, beijos que o bom do frade diz serem trinado de passarinhos. Mas disso não conseguindo vencer o Menino,

“Corado como as vestes dos cardeais,  
Achou esta saída redentora:  
– Se o Menino Jesus pergunta mais,  
... Queixo-me à sua mãe, Nossa Senhora !  
Voltando-lhe a carinha contra a luz  
E contra aquele amor sem casamento,  
Pegou-lhe ao colo e acrescentou: – Jesus,  
São horas... E abalaram p’r’ó convento.”<sup>16</sup>

A estes mimos de sensibilidade lírica temos de juntar o toque sensual presente, por exemplo, no poema a S. António “em metáfora de doce” da *Fénix Renascida*. E não podemos esquecer a nota brejeira e mordaz contida em quadras populares de recente data, como esta, gravada em fundo de prato:

“Santo António Português,  
Bem me podias casar;  
De um mais um fazias três,  
Como faz o Salazar.”

Este Santo António popular confunde-se frequentemente na sua caracterização com o que Miguel de Unamuno chamou o Cristo português. É um Cristo bucólico e divertido, que “brinca pelos campos fora com os aldeões, merenda com eles e só a certas horas, quando tem de cumprir deveres do seu ofício, carrega com a cruz”.<sup>17</sup> E como não lembrar aqui o 8.º poema de *O Guardador de Rebanhos* de Alberto Caeiro:

“Vi Jesus Cristo descer à terra.  
Veio pela encosta de um monte  
Tornado outra vez menino,  
A correr e a rolar-se pela erva  
E a arrancar flores para as deitar fora  
E a rir de modo a ouvir-se de longe.  
[...]  
Corre atrás das raparigas  
Que vão em ranchos pelas estradas  
Com as bilhas às cabeças.”<sup>18</sup>

Esta prevalência da relação afectiva, maravilhosa e quase pagã com o Santo deixou-a Fernando Pessoa bem assinalada na seguinte quadra ao gosto popular:

“Santo António de Lisboa  
Era um grande pregador,  
Mas é por ser *Santo António*  
Que as moças lhe têm amor.”<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Augusto GIL, *Luar de Janeiro*. 9.ª ed. Lisboa, Ed. Ática, 1945, p. 74-76.

<sup>17</sup> Miguel de UNAMUNO, *Por Tierras de Portugal y de España*. 8.ª ed. Madrid, Espasa-Calpe, 1976, p. 25.

<sup>18</sup> Fernando PESSOA, *Obra Poética e em Prosa*. Vol. I. Porto, Lello & Irmão Ed., 1986, p. 749-750.

<sup>19</sup> F. PESSOA, *Op. cit.*, p. 561.

E não falta sequer o Santo Antoninho, capaz de comover corações simples e fraternos, sem fé, talvez ateus, como o “Santo Antoninho dos Pobres” a quem Paulo Quintela confessa devoção:

[...]  
“És tu que me convéns,  
Na tua singeleza  
De barro popular, humano,  
Pois me acenas com tudo o que preciso  
E desejo aos homens meus irmãos:  
Pão do corpo  
E do espírito,  
Alegria e paz  
Infantil e sadia.”<sup>20</sup>

Já tivemos oportunidade de ver que a figura de António de Lisboa se agiganta em mais-valias simbólicas, muito acima desta moldura de afectividade popular. Tem-se assistido até a uma hiperbolização do seu significado para os tempos de hoje. Essa tentação leva a enunciar teses de conteúdo tão caricatural que não se vê como possam ser sustentadas com alguma seriedade. Nos últimos dias ficamos a saber, por exemplo, que há uma “pedagogia antoniana”, que o santo franciscano foi o “melhor economista da Idade Média” e “um dos maiores economistas portugueses de todos os tempos”<sup>21</sup>. Estes e outros destemperos de avaliação visam afinal corrigir a imagem de um António de Lisboa até há pouco refém de várias e quase exclusivas expressões de sensibilidade popular. Não se pode negar que, de facto, o estudo rigoroso, científico, da personalidade cultural e da obra de um dos filhos mais ilustres e universalmente conhecidos deste país, só começou em Portugal, há cerca de três décadas.<sup>22</sup> E bom será que, em vez de bombásticas proclamações de superioridade do grande português, neste ou naquele segmento de excelência intelectual, eclesiástica ou social, se prossigam e aprofundem os estudos que, com rigor e sem etnocentrismo, tragam à luz a verdadeira originalidade e significado do Doutor Evangélico.

Com ele e a sua experiência de português, europeu e universal, somos convidados a retemperar a nossa consciência europeia, afinando-a por um tom mais rigoroso e puro, e reabilitando na nossa memória os princípios espirituais e materiais que a modelaram, no correr dos séculos. Nesse sentido, António de Lisboa pode e deve figurar como referência de um sentir europeu que privilegie a solidariedade, o estilo de vida exigente, a nobreza do perdão, a afectividade, em detrimento da ganância, do comportamento arrogante, da frieza e do ódio. São princípios de uma filosofia de vida comum que, prolongando a intervenção medieval de António de Lisboa, podem disseminar os factores de uma sã convivialidade capaz de apaziguar e de revitalizar

---

<sup>20</sup> Paulo QUINTELA, “Santo Antoninho dos Pobres”, *Vértice*, Vol. XXVII, nº. 282-283, 1967, p.164-165. Agradeço ao colega e amigo Luís Serrano, da Universidade de Aveiro, a indicação deste poema antoniano de Paulo Quintela.

<sup>21</sup> Ver o jornal diário *Público*, de 1 de Outubro de 1995.

<sup>22</sup> O mérito desse estudo pioneiro, nem sempre bem compreendido, deve-se sobretudo ao labor de Francisco da Gama Caeiro, autor da obra *Santo António de Lisboa*. Vol. I. *Introdução ao Estudo da Obra Antoniana*. Vol. II. *A Espiritualidade Antoniana*, anteriormente citada.

as solidariedades na grande família europeia. Há nisto algo de profundamente prospectivo e criador que, ao deixar para trás, sem apelo, a visão pessimista de uma Europa crepuscular, decadente, não tem que acenar com miragens restauracionistas ou com os equívocos de uma nova Idade Média, à maneira de Nicolau Berdiaeff<sup>23</sup>.

Para concluir estas reflexões sobre António de Lisboa nos caminhos da Europa, não quero deixar de enaltecer o que nele foi intrépida coragem de viver, com paixão e até ao limite, a aventura da perfeição ou, se quisermos, a vontade de fazer bem o que havia para fazer. Cultivou a experiência do conhecimento, da especulação, da descoberta de si próprio e dos outros, e deixou-se transformar por ela. O segredo do êxito da sua comunicação com os simples e com os notáveis, que lhe grangeou respeito e admiração unânime de todos quantos o escutaram, está, aos olhos dos crentes, no carisma e na graça sobrenatural com que foi dotado por Deus. Mas ao olhar profano não pode ser indiferente a força de convicção que imprimiu em tudo o que fez na vida e no que escreveu. A transparência de autenticidade, vivência e convicção constitui, sem dúvida, um dos principais segredos do perfil exemplar das intervenções públicas de António de Lisboa.

Na falta desse sentido experiencial e de autenticidade de comunicação reside provavelmente uma das mais decisivas razões do fracasso de alguma prática docente e educativa. Os docentes transmitem conhecimentos, mas só muito raramente promovem a coragem da aventura ou a paixão do saber. Servem o conhecimento em nome da civilização material, mas têm dificuldade em valorizá-lo enquanto cultura da pessoa e da comunidade. Continuam assim, como tudo parece comprovar, paradoxalmente próximos do século XIX. Em certo sentido estagnaram, ancorados no ideal de progresso e de cientismo que, se há cerca de cem anos teve a virtude de fazer avançar a civilização material, parece transigir hoje com perversidades que corrompem a cultura do diálogo urgente do homem e da Natureza. Mas talvez este diagnóstico seja demasiado sombrio, sobretudo se admitirmos que não faltam numerosos sinais de inquietação e de inconformismo e que interpelações, como a deste português, europeu e universal, são exemplares para desafiar a consciência da nossa contemporaneidade.

---

<sup>23</sup> A nova Idade Média anunciada por Nicolas Berdiaeff carrega consigo o estigma de ser uma ideia fortemente reactiva e desdenhosa dos tempos modernos. Baseia-se numa visão restauracionista do passado a que falta qualquer assimilação dialéctica de propostas ou de valores gerados pela modernidade. Essa idade regressa por efeito do movimento cíclico da roda da história, sem novidade e sem surpresa, como celebração do mesmo. “Chamo Idade Média à época que o ritmo histórico substitui à de ontem, ou seja, à passagem do racionalismo dos tempos modernos a um irracionalismo ou antes a um *sobre-racionalismo* de tipo medieval.” N. BERDIAEFF, *Un nouveau Moyen Âge. Réflexions sur les destinées de la Russie et de l'Europe*. Paris, Plon, 1930, p. 97.

